

# Acesso à Justiça: Uma Visão Sócio-Econômica<sup>1</sup>

*Alcio Manoel de Sousa Figueiredo*

Trabalho de conclusão da disciplina Igualdade e Liberdade: Teoria e Prática no Mundo Contemporâneo, Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa - Curitiba Paraná.  
Orientadora: Lúcia Cortes da Costa.

## 1. Introdução

No Brasil, como em muitos países, o acesso à justiça é preocupação constante da sociedade que busca de forma contínua o ingresso aos tribunais. Na verdade, a plena capacidade civil e o exercício de direitos sociais e individuais assegurados na Carta da República encontra óbice na desigualdade sócio-econômica, a qual dia após dia se distancia da igualdade jurídico-formal prevista constitucionalmente<sup>2</sup>.

A propósito, o sistema judicial brasileiro não se encontra estruturado para garantir os direitos expressos na constituição, em

decorrência de inúmeros fatores e obstáculos limitantes para o acesso a justiça, tais como: (i) **fatores econômicos:** custas judiciais e custas periciais elevadas para a produção de provas; (ii) **fatores sociais:** duração excessiva do processo, falta de advogados, juízes e promotores; dificuldade de acesso físico ao Fórum; pobreza; exclusão e desigualdade social; (iii) **fatores culturais:** desconhecimento do direito; analfabetismo; ausência políticas para a disseminação do direito; (iv) **fatores psicológicos:** recusa de envolvimento com a justiça; medo do Poder Judiciário; solução dos conflitos por conta própria; (v) **Fatores legais:** legislação com excesso de recursos e

---

<sup>1</sup> “O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretende garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos.” [Capelletti].

<sup>2</sup> Proclama Milton Santos que: “Além dos intrincados labirintos que os processos judiciais devem percorrer lentamente, as chamadas custas desses processos desanimam até mesmo os que dispõem de alguns recursos financeiros. Para os pobres, a justiça é mais barreira intransponível que uma porta aberta. As manifestações de desalento e descrença quando uma ofensa ao direito é constatada são muitas vezes mais numerosas que as palavras ou gestos de confiança, ou, ao menos, respeito pelo aparelho judicial-policial. Além desses entraves propriamente processuais, contêm-se, no lado ideológico ou sociológico, com a inadequação ou desatualização em que se encontram muito dos que são, oficialmente, guardiões da justiça e da paz social.” (In: O espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 2000, p. 68).

“chicanas”<sup>3</sup> protelatórias; lentidão na outorga da prestação jurisdicional.

Nesse contexto, nosso trabalho não visa abordar todos os obstáculos e fatores que dificultam o acesso à justiça. Limitamos, inicialmente, nosso universo, na reflexão de três dos fatores que dificultam o acesso à ordem jurídica, a saber: o desconhecimento do direito pelo cidadão, os reflexos sociais da pobreza e a lentidão da justiça na solução dos conflitos. Em seguida faremos uma análise empírica do acesso aos tribunais em nível nacional, com base nos dados estatísticos do Poder Judiciário. Prosseguindo apresentaremos o resultado de uma pesquisa efetuada nas varas cíveis da Justiça Estadual e Federal da cidade de Ponta Grossa (PR), objetivando o resgate jurídico-real de acesso aos tribunais, comparando as informações de âmbito nacional, estadual e local. Finalizando, teceremos uma análise sobre os dados coletados focalizando a questão do acesso à justiça e seus entraves a partir da desigualdade sócio-econômica.

## 2. Justiça e Cidadania

### 2.1. O que é acesso à justiça?

A Constituição confere o direito de petição aos órgãos públicos em defesa de

direitos, contra a ilegalidade e abuso de poder, impede a exclusão da apreciação do Poder Judiciário de qualquer lesão ou ameaça a direito e garante que ninguém será processado por autoridade incompetente. Torna certo e seguro, os seguintes remédios constitucionais: (i) o “habeas corpus” sempre que alguém sofrer violação ao direito de ir e vir; (ii) o mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo; (iii). o mandado de injunção na ausência de lei que impossibilitem o exercício dos direitos e liberdades constitucionais; (iv) o “habeas data” para assegurar o acesso aos bancos de dados de caráter públicos ou governamentais. Protege e assevera a prestação da assistência judicial integral aos necessitados e a gratuidade nas ações de “habeas data” e “habeas corpus” e nos atos necessários ao exercício da cidadania<sup>4</sup>.

Por sua vez, o preâmbulo constitucional funda um Estado Democrático com o escopo de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Nesse contexto, o acesso à justiça encontra-se sedimentado em nossa Carta Constitucional, em especial às classes menos favorecidas, haja vista a garantia

<sup>3</sup> *Chicana*: “É expressão vulgarizada na linguagem forense, para indicar os meios cavilosos de que se utiliza o advogado para protelar ou criar embaraços ao andamento do processo ajuizado. Caracteriza-se a chicana, que se revela em abuso de direito, nos ardis postos em prática pelo advogado de uma das partes litigantes, seja pela apresentação ou provocação de incidentes inúteis, seja pelo engenho com que arquiteta outros meios protelatórios ou embaraços ao andamento da ação, criando figura jurídicas que não encontram amparo em lei ou na jurisprudência, ou tramando toda espécie de obstáculos para o pronunciamento célere da justiça. Qualquer embaraço ao andamento do processo, seja por que meio for, mostra-se chicana, que ela se integra, segundo a técnica de nossa lei processual, em qualquer manejo protelatório da ação, ou da resistência injustificada a seu regular andamento. (In: SILVA, De Plácido. Vocabulário Jurídico. Rio de Janeiro: Forense, v. I, p. 334, 1978).

<sup>4</sup> Esses princípios estão consignados no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Capítulo I – que trata dos Direitos e Deveres individuais e Coletivos da Constituição Federal de 1988 – Artigo 5º, incisos XXXIV, XXXV, LIII, LXVIII, LXIX, LXXI, LXXII, LXXIV e LXXVII.

constitucional da assistência jurídica aos necessitados<sup>5</sup>.

A propósito, o acesso à justiça não pode ser resumido no singelo acesso ao Poder Judiciário. O tema acesso à justiça não se trata de simples “gratuidade universal no acesso aos tribunais, tão cara aos ideais românticos do individualismo liberal e que, por toda a parte, se tem, em absoluto, por utópica, mas a garantia, essa sim universal, de que a via judiciária estaria franqueada para defesa de todo e qualquer direito, tanto contra particulares, como contra poderes públicos, independentemente das capacidades econômicas de cada um”<sup>6</sup>.

Na verdade, por acesso à justiça deve se entender a proteção a qualquer direito<sup>7</sup>, sem qualquer restrição econômica. Não basta a simples garantia formal da defesa dos direitos e o acesso aos tribunais, mas a garantia de proteção material destes direitos, assegurando a todos os cidadãos, independentemente de classe social, a prática do justo<sup>8</sup>.

A “prática do justo” ecoa deslumbrante. Como questionar o acesso à justiça como escopo da “prática do justo”? Na verdade, a prática do justo exige que eu saiba o que é justo para cada pessoa, ou melhor: que garanta a cada pessoa a proteção material de seus direitos, os quais são definidos por uma lei maior-formal, que define exigências, ideologias e racionalidades pré-determinadas por regras impostas.

Para Kazuo Watanabe o acesso à justiça não se limita a possibilitar o acesso aos tribunais, mas de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa, a saber: (i) o direito à informação; (ii) o direito à adequação entre a ordem jurídica e a realidade socioeconômica do país; (iii) o direito ao acesso a uma justiça adequadamente organizada e formada por juízes inseridos na realidade social e comprometidos com o objetivo de realização da ordem jurídica justa; (iv) o direito à preordenação dos instrumentos processuais capazes de promover a objetiva tutela dos direitos; (v) o direito à remoção dos obstáculos que se antepõem ao acesso efetivo a uma

<sup>5</sup> Como observa Róbson Flores Pinto: “a garantia constitucional da assistência jurídica aos hipossuficientes tem por escopo o princípio da igualdade, de forma a dotar os desiguais economicamente de idênticas condições para o pleito em juízo. (In: A Garantia Constitucional da Assistência Judiciária Estatal. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. São Paulo: Revista dos Tribunais, n° 03, p. 101).

<sup>6</sup> ALEGRE, Carlos. Acesso ao Direito e aos Tribunais. Coimbra: Almedina, 1989, p. 7.

<sup>7</sup> Para Alf Ross a “idéia de justiça parece ser uma idéia clara e simples dotada de uma poderosa força motivadora. Em todas as partes parece haver uma compreensão instintiva das exigências de justiça. As crianças de tenra idade já apelam para justiça se uma delas recebe um pedaço de maçã maior que os pedaços das outras. Tem-se afirmado que mesmo os animais possuem o germen de um sentimento de justiça. O poder da justiça é grande. Lutar por uma causa “justa” fortalece e excita uma pessoa. Todas as guerras têm sido travadas em nome da justiça e o mesmo se pode dizer dos conflitos políticos entre as classes sociais. (In: Direito e Justiça. São Paulo: Edipro, 2000, p. 314).

<sup>8</sup> Observa com acuidade Alf Ross que não pode ser visto com injusto as diferenças reais existentes entre as pessoas, pois os direitos e deveres devem ser distribuídos levando-se em conta as circunstâncias condicionantes, ou seja: os casados e os solteiros, os maiores e os menores, os criminosos e cidadãos respeitadores da lei, não devem possuir o mesmo “status” na sociedade. E complementa: “O requisito de igualdade encerra unicamente a exigência de que ninguém, de forma arbitrária e sem razão suficiente para isso, seja submetido a um tratamento que difere daquele que se dá a qualquer outra pessoa. A exigência de igualdade deve ser compreendida, portanto, num sentido relativo, isto é, como uma exigência de que os iguais sejam tratados da mesma maneira. Isto significa que, como pré-requisito para a aplicação de uma norma de igualdade e com independência dela, é preciso que haja algum critério para determinar o que será considerado igual; em outras palavras, a exigência de igualdade contida na idéia de justiça não é dirigida de forma absoluta a todos e a cada um, mas a todos os membros de uma classe determinados por certos critérios relevantes. (In: ob. cit. p. 315).

justiça que tenha tais características.”<sup>9</sup>

Nesse contexto, é necessário aceitar os riscos do sistema, assegurando às pessoas o mínimo formalmente previsto<sup>10</sup>, antes porém, deverão os cidadãos para assegurar a garantia de fazer valer seus direitos, terem condições mínimas sócio-econômicas, através da erradicação da pobreza, do acesso ao conhecimento do direito e da celeridade na outorga da prestação jurisdicional.

## 2.2. Do desconhecimento do Direito

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE<sup>11</sup>, concluiu que somente 45 % dos cidadãos que se envolveram em conflitos judiciais entraram com ação judicial, sendo que o restante<sup>12</sup> não procuraram qualquer proteção junto ao Poder Judiciário. A propósito, cerca de

60 % (sessenta por cento) do universo do restante (isto é, dos entrevistados que não se envolveram com a justiça), não procuraram o Poder Judiciário porque não sabiam como utilizá-lo, ou seja, de cada 100 (cem) entrevistados, um total de 33 pessoas não procuraram a justiça por puro desconhecimento do direito<sup>13</sup>.

Desse modo, os cidadãos somente poderão usufruir da garantia formal da lei perante os tribunais, se conhecerem a lei e os seus direitos. Caso contrário, será letra morta a disposição constitucional que prevê que o Estado prestará assistência jurídica integral aos necessitados, além de sucumbir o princípio da igualdade jurídica que rege que dentro de uma mesma condição jurídica todas as pessoas devem ser tratadas de forma igual, independentemente da desigualdade financeira ou econômica<sup>14</sup>.

<sup>9</sup> WATANABE, Kazuo. Participação e Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988, p. 128-135.

<sup>10</sup> A temática acesso à Justiça mereceu o seguinte registro de Glauco Gumerato Ramos comentando o ambicioso “Projeto de Florença” – publicado em meados de 70 – Europa – Título: Access to Justice: the worldwide movement to make rights effective -, adverte que a questão de acesso à justiça deve ser encarada de forma multidisciplinar, pois a solução do problema foge do âmbito exclusivo do Direito: “Nenhum aspecto de nossos sistemas jurídicos modernos é imune à crítica. Cada vez mais pergunta-se como, a que preço e em benefício de quem esses sistemas de fato funcionam. Essa indagação fundamental que já produz inquietação em muitos advogados, juizes e juristas torna-se mais perturbadora em razão de uma invasão sem precedentes dos tradicionais domínios do Direito por sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos e psicólogos, entre outros. Não devemos, no entanto, resistir a nosso invasores; ao contrário, devemos respeitar seus enfoques e reagir a eles de forma criativa. Através da revolução do atual modo de funcionamento de nossos sistemas jurídicos, os críticos oriundos das outras ciências podem, na realidade, ser nossos aliados na atual fase de uma longa baralha histórica – a luta pelo “acesso à justiça”. É essa luta, tal como se reflete nos modernos sistemas jurídicos, que constitui o ponto focal deste Relatório Geral do projeto comparativo de Acesso à Justiça que o produziu”. (In: Revista dos Tribunais. São Paulo. nº 765, p. 50/51).

<sup>11</sup> PNAD – Pesquisa efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no [IBGE] em 1988 - publicada no ano de 1990.

<sup>12</sup> O “restante” representa 55 % dos entrevistados, isto é, de cada 100 pessoas entrevistadas: 55 não se envolveram em conflitos judiciais.

<sup>13</sup> Isto significa que 33 % da população pesquisada no PNAD não sabem ou não conhecem seus direitos pela ausência de conhecimento do direito. Em outras palavras, de cada 100 entrevistados: a). 45 procuraram a justiça (45 %); b) 55 não procuraram a justiça (55%); c) 33 não procuraram a justiça porque não sabiam como utilizá-la, isto é: 60 % de 55 entrevistados = 33 (33 %).

<sup>14</sup> Há diferença entre assistência judiciária e benefício da justiça gratuita. O benefício da justiça gratuita objetiva à dispensa de despesas em relação jurídica processual, sendo, portanto, instituto de direito processual. (Art. 18 da Lei nº 7.347/85 – Lei Ação Civil Pública (LACP)- “Art. 18. Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem a condenação da associação autora...”.) Por sua vez, a assistência judiciária é a organização estatal que tem por objetivo a assistência integral, garantindo-se não só a prestação de serviços dos advogados, como de todos os auxiliares da justiça, inclusive peritos.

A disseminação do conhecimento do direito na sociedade é dever do Estado, tribunais, organizações públicas e privadas, associações, sindicatos e demais entidades sociais. Pensamos que para a propagação do uso do direito, o Estado representado pelos órgãos públicos<sup>15</sup>, desenvolveria campanhas para a difusão do conhecimento do direito em todas as classes sociais. De forma conjunta, as organizações privadas implantariam programas de distribuição de material didático para seus funcionários e familiares, com o objetivo de proporcionar o conhecimento de direitos e facilitar o acesso ao Poder Judiciário. Tudo isto, com o apoio das Organizações não Governamentais (ONGs) que participariam lado a lado do sistema, com campanhas de conscientização dos direitos de seus associados<sup>16</sup>, através da imprensa, impressão de cartilhas e folhetos, sites na ‘internet’, cursos, revistas, entre outras formas de divulgação do direito.

Na verdade, o órgão que deveria ser o mais interessado em proporcionar o acesso à justiça, quase não possui programas de divulgação de conhecimento do direito. Os tribunais<sup>17</sup> deveriam assumir uma parte destes encargos com esclarecimentos de âmbito municipal, estadual e federal à população, objetivando facilitar o acesso à justiça.

Nesse contexto, as questões cotidianas poderiam ser esclarecidas pelos órgãos do Poder Judiciário, com a publicação de folhetos ou cartilhas instruindo o cidadão como resolver seus problemas com a justiça e ter acesso junto ao Poder Judiciário<sup>18</sup>.

Entretanto, como se vê, não basta ao Poder Judiciário buscar melhorar o acesso à justiça com o aperfeiçoamento dos instrumentos e condições materiais de trabalho, mas deve também assegurar a

<sup>15</sup> Ministérios, Procuradorias, Secretarias Estaduais, órgãos do Poder Judiciário (Ministério Público e Tribunais Superiores) entre outros.

<sup>16</sup> Os programas que devem a ser desenvolvidos pela sociedade com a finalidade de facilitar o acesso à justiça, consiste em um plano integrado de ações entre todos os seguimentos sociais, a saber: (i) impressão de cartilhas; (ii) distribuição de folhetos explicativos; (iii) divulgação dos direitos em sites informativos na internet; (iv) realização de cursos na comunidade local; (v) campanhas publicitárias na imprensa falada e escrita; (vi) programas na televisão da conscientização dos direitos; (vii) revistas especializadas para educação dos direitos; (viii); entre outras formas criativas de divulgação do conhecimento do direito. No Brasil, já existe uma série de eventos que buscam disseminar o conhecimento do direito na sociedade, tais como: a) O Programa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Paraná na Televisão; b). A “Revista Consumidor S.A.” do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); c) o site na internet da Associação de Defesa e Orientação do Cidadão (ADOC); d). As diversas cartilhas de instruções ao consumidor publicadas pelo IDEC e ADOC, informando os direitos básico do consumidor; e). Cartilhas publicadas pelo PROCON/PR em defesa dos direitos dos consumidores.

<sup>17</sup> A difusão do conhecimento do direito pode ser efetuada por todos os órgãos do Poder Judiciário, dirigindo suas explicações as diversas parcelas da sociedade em que atuam estes tribunais: Tribunais dos Estados, Tribunais Federais, Tribunais do Trabalho, Tribunais Militares, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Militar e Supremo Tribunal Federal.

<sup>18</sup> Exemplos: Como pedir o divórcio? Como receber o empréstimo compulsório? Como resolver o problema da prestação da casa própria? Como receber a diferença do FGTS? Como devo proceder para instaurar um processo no Juizado Especial? Como pedir pensão alimentícia? Como pedir a separação? Quais são os meus direitos trabalhistas? Quem pode pedir justiça gratuita? Como pedir assistência judiciária? Como pedir indenização por dano moral?

disseminação do conhecimento do direito<sup>19</sup> com vistas a possibilitar e facilitar ao acesso à justiça a todas as classes sociais<sup>20</sup>.

### 2.3. Da pobreza e seus efeitos

A dificuldade da população pobre<sup>21</sup> do acesso as informações que possibilitem o conhecimento do direito, acrescida do valor das custas processuais do processo nos tribunais, acarreta barreiras socialmente intransponíveis para o acesso à justiça, haja vista o nível precário

das condições econômicas da sociedade brasileira.

No Brasil, presenciamos uma acentuada concentração de renda<sup>22</sup>, concomitantemente com a crescente miséria da população. A situação é crítica, pois quase 40 % da população urbana sobrevive abaixo da linha da pobreza<sup>23</sup>. O recente estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, coordenado pelo economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da instituição, revela que cerca de 50 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da

<sup>19</sup> Outro fator que contribui para a ausência do conhecimento do direito é a baixa escolaridade da população. O Brasil possui 15,6 % de pessoas analfabetas (conforme dados: PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Isto representa mais de 26 milhões de analfabetos, sem considerar a baixa escolaridade brasileira. Como exigir o conhecimento do direito à população com baixa escolaridade ou analfabeta? Como exigir a interpretação de textos legais complexos? Estes questionamentos não diminuem a importância das campanhas de difusão do conhecimento de direito, mas sem dúvida demonstram as dificuldades da sociedade em disseminar o uso do direito. Nesse contexto, deve as campanhas de disseminação do uso do direito atingir também esta fatia da sociedade.

<sup>20</sup> Observou Antonio Celso Aguillar Cortez que o importante é sempre ter em mente a realidade de nosso povo. E complementa: “Em acórdão publicado na RT 678/76, o Des. Mozart Costa de Oliveira, da 2ª CC do TJSP, e membro da Associação de Juizes para a Democracia, observou com base em dados da UNESCO que cerca de 40 % da população brasileira vive em situação tida tecnicamente como de miséria e lembrou que “em face das regras programáticas, de natureza social e de solidariedade, assim do Direito das Gentes (Declaração Universal da ONU, 1948, c/c pactos de 1967 e 76), como da CF/88 (preâmbulo, art. 1º, art. 3º) – todas elas regras jurídicas, não recomendações morais – temos de interpretar as necessidades sociais dessa gente como interesses difusos, soltos e perdidos no âmbito dessa imensa massa social, disforme, indefinida”. (In: *Revistas dos Tribunais*. São Paulo. n° 692, p. 199).

<sup>21</sup> Para Karine Souza Silva os índices de pobreza tem crescido de forma assustadora: “O panorama da pobreza na América Latina é de extrema gravidade. A Comissão Latino-americana do Caribe sobre o Desenvolvimento Social informa que entre 1980 e 1990 o total de pobres aumentou em 60 milhões, chegando a 196 milhões o número de latino-americanos com rendas inferiores aos 60 dólares mensais. Isto significa que 46 % da população total não consegue suprir suas necessidades fundamentais. Vale ressaltar que a extrema pobreza (com rendas menores de \$ 30 dólares mensais) também aumentou no mesmo lapso de tempo e afeta 94 milhões de pessoas” (In: *Globalização e Exclusão Social*. Curitiba: Juruá, 2000, p. 130).

<sup>22</sup> “Por exemplo, a renda dos 10 % mais ricos era 34 vezes maior que a dos 10 % mais pobres em 1960; essa relação passa para 40 vezes em 1970, 47 vezes em 1980 e atinge 78 vezes no censo de 1991.” (In: BENJAMIN, Cesar; ALBERTI, Ari José; SADER, Emir, et. al. *Opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 91).

<sup>23</sup> Por abaixo da linha da pobreza entenda-se a população que ganha menos de US\$ 1,00 (um dólar) por dia: “Isso contribui fortemente para o agravamento de um novo problema estrutural no Brasil: a formação de bolsões de pobreza absoluta dentro das cidades ou em sua periferia imediata. Quase 40 % da população urbana brasileira vive abaixo da linha de pobreza. Não há mais bolsões isolados, e nem a pobreza decorre necessariamente da inserção profissional das pessoas em atividades de baixa produtividade. Hoje, os pobres se espalham por todos os setores da economia, inclusive entre os servidores públicos e os empregados de empresas privadas modernas.” (In: BENJAMIN, Cesar; ALBERTI, Ari José; SADER, Emir, et. al. *Opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 90).

pobreza<sup>24</sup>.

Na análise da População Economicamente Ativa (PEA), a situação não é diferente e pode ser melhor visualizada pelo seguinte quadro:

QUADRO Nº 01: DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO NO INTERIOR DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

Agentes	pessoas	% DO PEA	% ACUMULADO
sem declaração	835.543	1,2	1,2
sem rendimento	10.513.919	15,1	16,3
menos 1 salário mínimo	15.387.922	22,1	38,4
1 a 2 salários	14.204.236	20,4	58,8
2 a 3 salários	8.425.061	12,1	70,9
3 a 5 salários	8.425.061	12,1	83,0
5 a 10 salários	7.032.489	10,1	93,1
10 a 20 salários	3.202.915	4,6	97,7
+ de 20 salários	1.531.829	2,2	100,0

FONTE: FIBGE<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Veja notícia veiculada no site da “Folha On Line” em 09 de julho de 2001 – [www.uol.com.br/folha/brasil/](http://www.uol.com.br/folha/brasil/). Custa uma ida ao cinema a menos por mês para cada brasileiro a erradicação da miséria absoluta no Brasil, drama que atingia 50 milhões de habitantes em 1999, calcula a Fundação Getúlio Vargas (FGV) em estudo divulgado nesta segunda-feira. “A nossa saga é também o nosso trunfo, temos uma grande legião de indigentes, mas do outro lado uma massa enorme de gente para transferir renda”, avalia o coordenador do estudo da FGV, Marcelo Neri. Com a transferência mensal de 14,6 reais em média por brasileiro com renda acima de 80 reais por mês, portanto acima da linha de miséria, essa legião de indigentes teria condições de pelo menos ingerir a quantidade mínima de calorias estabelecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para um ser humano sobreviver, explica Neri. “Com 1,7 bilhão de reais a mais por mês, ou seja, quatro % de toda renda familiar nacional, você acaba com a fome no país, um valor bem abaixo do que é gasto pelo governo em políticas sociais”, acrescentou. Feito em 11 estados, levando em conta cidades com mais de 100 mil habitantes, o estudo, intitulado “Mapa do fim da fome”, utiliza dados de 1996 a 1999 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Esse estudo não deve ser lido como a defesa de políticas compensatórias, mas é útil para traçar o alvo das políticas e para organizar as fontes de financiamento”, frisou Neri. Ele ressalta que não basta criar um fundo da pobreza e adicionar esses recursos, como o que foi sancionado recentemente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na semana passada, mas saber o quanto é necessário e de que forma poderá chegar a quem precisa. O Brasil, lembra ele, já dispõe de uma verba equivalente a 21% do Produto Interno Bruto (PIB) — cerca de 1 trilhão de reais em 2000 — para programas sociais, “o problema é que nunca chega aos indigentes, sempre erra o alvo”, critica. Para Neri, a solução seria a criação de metas sociais para serem atingidas com a mesma seriedade que se perseguem as metas inflacionárias, e, para isso, seria necessária a criação de um índice da pobreza, a exemplo do que ocorre com a inflação. “O governo e a sociedade se comprometeriam com uma determinada trajetória de redução da pobreza, como estão fazendo em relação ao racionamento de energia”, compara. “Se o cidadão comum perceber o baixo custo da empreitada pode se motivar a tomar ações solidárias”, completa Neri. Para começar, o melhor caminho seria uma “força-tarefa” voltada para o Estado do Maranhão, o Estado mais pobre da União, com 62,3% da sua população vivendo em estado de total indigência. São Paulo é o lugar com menos miseráveis, 11,5% da população, e o Distrito Federal também fica abaixo da média do país (29,3% da população), com 18%, mostra o estudo. O índice de miséria abaixo da média geral próximo ao poder talvez explique a demora de políticas eficientes, ironiza Neri ou, o motivo seja mesmo o fato de 45% dos miseráveis serem crianças. “As crianças até 15 anos representam 45% do total de indigentes no país, só que elas não votam”, lamenta o economista.”

<sup>25</sup> BENJAMIN, Cesar ... [et. al.]. *A opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, p.192, 1998.

Denota-se do quadro supra que 83 % (oitenta e três por cento) da população economicamente ativa nacional não possui condições econômico-financeiras para arcar com as custas judiciais, eis que sobrevivem com renda mensal de até 05 (cinco) salários mínimos, cujos rendimentos são utilizados para as despesas básicas de moradia, alimentação, saúde, educação, transporte, entre outras. Isto significa, que na justiça cível do Estado do Paraná<sup>26</sup>, onde os cartórios são privatizados e as custas processuais quase sempre ultrapassam três salários mínimos, grande parte da população economicamente ativa não possui condições de arcar com as custas processuais.

Parece que a primeira alternativa que salta aos olhos para a solução deste impasse seria a assistência judiciária para todos, com a extinção das custas processuais. A propósito, a simples isenção das custas judiciais não resolveria a questão, mesmo considerando que a exclusão das custas processuais traria benefícios ao litigante de menor poder aquisitivo.

A isenção irrestrita das despesas processuais provavelmente beneficiariam as classes privilegiadas, além de se exigir a cobrança de novos impostos para o rateio do pagamento das despesas do processo por toda a sociedade<sup>27</sup>.

Além disso, as partes litigantes necessitariam da contratação de um advogado, de peritos, assistentes, entre outros profissionais, encarecendo os custos do trâmite processual.

Some-se ainda, que a contratação de advogados e auxiliares da justiça gratuitamente ocasiona baixa qualidade de serviços. Segundo Boaventura de Souza Santos no imediato pós-guerra, vigorava na maioria dos países a assistência judiciária gratuita, registrando que a “qualidade dos serviços jurídicos era baixíssima, uma vez que, ausente a motivação econômica, a distribuição acabava por recair em advogados sem experiência e por vezes ainda não plenamente profissionalizados”<sup>28</sup>.

Nos parece que mesmo fornecendo aos necessitados advogados e auxiliares da justiça competentes, corremos o risco do profissional contratado para a defesa de um pobre não o defender de maneira idêntica se estivesse sido contratado por uma pessoa de posses. Ademais, a adoção deste sistema – gratuidade integral de todas as despesas processuais –, somente estaria a resolver os obstáculos econômicos do acesso à justiça, deixando adormecido e sem qualquer solução as barreiras sociais e culturais da sociedade.

Em outras palavras, a solução econômica de acesso à justiça não resolveria a educação jurídica dos cidadãos e a conscientização dos direitos sociais dos trabalhadores, consumidores, inquilinos, jovens, mulheres, criança, negros, entre outros<sup>29</sup>.

Nesse contexto, a melhor solução seria acabar com os milhões de miseráveis, com vistas a modificar o gravíssimo quadro social do País, pois estes excluídos sequer são agraciados com os

<sup>26</sup> Esta conclusão também se aplica para o espaço local, ou seja, para a cidade de Ponta Grossa - Paraná.

<sup>27</sup> “Há quem afirme que a Justiça não é igual para todos. O rico contrata bons advogados e pode, assim, ter realmente assegurada ampla defesa e o contraditório. E o pobre, aquele brasileiro e brasileira, verdadeiros pés descalço e descamisado que até já perdeu o emprego? Como lhe assegurar ampla defesa e o contraditório? Os Estados, embora deficientes, ainda mantêm suas defensorias públicas. (...) Como então deve ser a acessibilidade econômica à Justiça? Para uns, a isenção de sacrifício econômico ao litigante acarretaria mais inconvenientes do que vantagens: os ricos acabariam favorecidos uma vez que os gastos com atuações judiciais devem ser suportados por todos. Além do que, uma justiça indiscriminadamente gratuita contribuiria para fomentar o número de demandas, ou seja, litigar por litigar.” (In: MACHADO, Agapito. Revista dos Tribunais. São Paulo: nº 677, p. 273).

<sup>28</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: O Social e Político na Pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997, 4ª ed., p. 171.

<sup>29</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. Op. cit. p. 171.

direitos fundamentais de primeira e segunda geração<sup>30</sup>, quanto mais com a possibilidade de acesso à justiça.

Os fatos políticos, sociais e econômicos ocorridos no Brasil, demonstram a política neoliberal implementada em todos os setores pelo Governo Federal. As esperanças de se estipar da sociedade

brasileira os milhões de excluídos é muito distante, por consequência, torna-se também impossível eliminar a pobreza. O pleno acesso à Justiça só será possível com a erradicação da pobreza ou com mecanismos que assegurem efetivamente o acesso dos miseráveis e excluídos, o que nos parece impossível diante das políticas neoliberais impostas pelo governo<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> Em artigo publicado na Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul o Professor Teori Albino Zavascki apresentou a seguinte classificação dos direitos fundamentais de primeira, Segunda e terceira geração: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, respectivamente à “Um olhar para a história do direito moderno evidencia, com efeito, que no decorrer do século XVIII começou a brotar e ganhar corpo, no mundo ocidental, a idéia dos chamados “direitos fundamentais”, vindo eles a alcançar significado universal com a célebre “Declaração dos Direitos do Homem” da Revolução Francesa. O gênio francês conseguiu sintetizar em seu lema revolucionário, os princípios básicos da dignidade humana: liberdade, igualdade e fraternidade. (...) Assim, o século XIX foi tomado pela normatização do primeiro desses ideais: **os direitos fundamentais de liberdade**, por isso denominados “**direitos de primeira geração**”. Naquele século, ganharam densidade normativa os direitos civis e políticos, direitos do indivíduo contra o Estado. Quebrou-se a espinha dorsal do Estado absolutista, não intervencionista, garantidor das liberdades individuais, com escassa margem de atuação nas relações sociais. O liberalismo individualista – substrato ideológico dos direitos de primeira geração tinha como princípio político o de que os homens e a sociedade por eles formada têm que realizar diretamente o seu próprio destino. Ao Estado caberia, apenas, deixar as pessoas agirem livremente. Imaginava-se que, rompida a opressão estatal, os direitos de liberdades fariam frutificar uma espécie de harmonia espontânea na convivência sociopolítica. (...) E então, a grande crise do Estado liberal em fins do século passado, fez a humanidade dar um passo adiante. Sem renunciar aos direitos de liberdade, conquistados a duras penas, sem voltar atrás no longo caminho percorrido, o novo século já nasceu iluminado pela necessidade de implementar os direitos de igualdade. A doutrina social da igreja, as filosofias igualitárias e humanistas, a Constituição Mexicana de 1917, a Alemanha de 1919, foram marcos importantíssimos na configuração de uma “**segunda geração**” de direitos fundamentais: **os chamados direitos econômicos e sociais**. Operou-se, na verdade, um fenômeno de expansão qualitativa dos próprios direitos de liberdade. Já não se buscava, apenas, assegurar a liberdade do indivíduo em face do Estado, mas, mais que isso, procuravam-se os meios aptos para assegurar a liberdade do indivíduo em face dos demais indivíduos. Em outras palavras, os direitos sociais e econômicos entraram na história do constitucionalismo pela indeclinável obrigação ética e jurídica de serem estabelecidos padrões mínimos de uma **sociedade igualitária**. (...) O esgotamento do modelo, todavia, faz com que, mais uma vez, os homens e as mulheres do nosso tempo sejam chamados a dar um novo e importante passo à frente. (...) Nasce, assim, neste limiar de um novo século, os chamados direitos de “**terceira geração**”, inspirados nos valores da solidariedade. (...) O século XXI há de ser marcado, necessariamente, pelo signo da fraternidade. O Estado do futuro não deverá ser apenas um Estado Liberal, nem apenas um Estado do social: **precisará ser um Estado da solidariedade entre os homens**.” (In: ZAVASCKI, Teori Albino. *Direitos Fundamentais de Terceira Geração*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Síntese, v. 15, 1998, p. 227-232 – grifou-se).

<sup>31</sup> “A estrutura do Estado arquitetado pelo governo FHC tem um perfil liberal e conservador. Não enfrenta o problema da concentração da riqueza e da renda nacional como elementos necessários à construção de um Estado com capacidade efetiva de atuação na área social e capaz de orientar um processo de crescimento econômico para o país. A reforma implementada pelo Governo FHC desmonta o Estado, a partir do aprofundamento da estratégia privatizante, inaugurada por Collor de Mello. O governo FHC empreendeu um desmonte da máquina pública, com demissões de funcionários, a fragilização da economia nacional devido a abertura irrestrita das importações, o desmonte da seguridade social, através da supressão de direitos previdenciários e a quebra dos princípios do SUS – Sistema Único de Saúde devido à criação das Organizações Sociais. Para tanto, as áreas colocadas como estratégicas para a reforma do Estado foram: a privatização, a reforma administrativa e a reforma previdenciária, ficando para o segundo mandato a reforma tributária, que não pretende alterar estruturalmente a concentração de riquezas e rendas no país. As reformas foram colocadas como mera questão técnica, administrativa, sem conotações de ordem societária, embora representem uma alteração na estrutura e funcionamento do Estado brasileiro, com claro tom privatizante. As reformas liberais, empreendidas pelo Governo FHC, evidenciam a ausência de uma preocupação do governo e das elites econômicas, com a alteração do grave quadro social do país.” (In: COSTA, Lúcia Cortes da. *Pesquisa & Debate*. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política/Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da PUC-SP, v. 11, nº 17, 2000).

## 2.4 Da lentidão da Justiça

A morosidade na solução de conflitos consiste na crítica mais ferrenha dirigida ao Poder Judiciário. Na medida que a Constituição assegura o acesso à justiça, concomitantemente com a garantia da apreciação judicial de qualquer lesão ou ameaça a direito, o Estado na prática tem criado normas e exigências que dificultam o acesso aos tribunais<sup>32</sup>. Além disso, diversos outros fatores práticos dificultam um julgamento definitivo e rápido pelo Poder judiciário, tais como: (i) instrumentos e condições materiais de trabalho; (ii) aprimoramento nos procedimentos administrativos e legais dos tribunais; (iii) reorganização judiciária; (iv) excesso de trabalho; (v) excesso de formalismo e ritualismo descrito em nossos códigos (vi) formação de juízes e bacharéis de direito comprometidos com a preservação do acesso à justiça, entre outros<sup>33</sup>.

Por sua vez, o legislador tem facilitado o acesso da sociedade à justiça com a vigência da Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), do

Código de Defesa do Consumidor que instituiu a ação coletiva (Lei 8.078/90), da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei 9.099/95), da Lei antitruste (Lei 8.894/94), do Estatuto da Criança e do adolescente (Lei 8.069/90), que trouxeram várias transformações de acesso coletivo da sociedade, com garantia de proteção aos direitos difusos, coletivos e individuais, facilitando ao acesso da população mais carente ao Poder Judiciário sem qualquer ônus em razão da isenção das despesas processuais, além de permitir que sociedade civil (associações e sindicatos), em conjunto com os órgãos públicos tenham legitimidade para proposição das ações de interesses difusos, coletivos e individuais.

Apesar dos enormes esforços que estão sendo feitos no Brasil e no mundo, a demora das decisões judiciais traz um risco às partes, traduzindo muitas vezes em danos irreparáveis aos litigantes<sup>34</sup>.

Mesmo que a lentidão do processo não seja somente um problema brasileiro, a

<sup>32</sup> A título de exemplo, transcrevemos as palavras do eminente Juiz Federal da 4ª Vara do Ceará Doutor Agapito Machado: "Tanto no Governo passado, como no atual, foram sancionadas leis resultantes de Medidas Provisórias, que visavam impedir a concessão de liminares e até proíbem a imediata execução de julgados de 1º grau, em determinadas matérias. É o caso de se indagar: dispondo a CF/88, no art. 5º, XXXV, que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito", como pode ser interpretado o poder cautelar geral do juiz: restrito ou amplo? Desde quando julguei pela concessão do primeiro mandado de segurança na 5ª reg., dano pela inconstitucionalidade do Plano Collor I (sobre a retenção da poupança), tive também de julgar, *incidenter tantum*, pela inconstitucionalidade da Lei 8.076/90, que proíbe a concessão de liminar e a imediata execução do julgado." (In: Revistas dos Tribunais. São Paulo. nº 677, p. 272).

<sup>33</sup> Para Sidnei Agostinho Beneti o "acesso à Justiça efetiva, de resultados concretos, não é questão retórica, mas prática. Passa pelos instrumentos e condições materiais de trabalho, em que o Judiciário tem melhorado muito (cf. protocolos integrados, informatização parcial, unificação de precatórios, estenotipia, intimações pelo jornal oficial, recolhimento de custas em bancos, etc., muito do que já se fez – p. ex. vide JUTACRIM 83/535, homenagem ao Des. Bruno Afonso André). (...) Sem o novo profissional do Direito, que tenha horror à forma vazia, abomine trazer à prática a teoria sem efeito concreto; sem o profissional livre para criar e desprendido para deixar novas formas de andamento das informações contidas nos autos, desapegado de interesses pessoais, mesquinhos e de corporativos no resultado prático, que deve caracterizar o acesso à justiça como instrumento adequada convivência social, na parte em que possível realizar-se por intermédio do Poder Judiciário – ficando os desajustes de Justiça, para a correção nos outros foros da organização social. (In: Revista dos Tribunais. São Paulo. nº 715, p. 378).

<sup>34</sup> A demora da prestação jurisdicional não ocorre somente em nosso país. Sidnei Agostinho Beneti em artigo publicado na Revista dos Tribunais nº 715/377, afirma: "a despeito, especialmente, da demora, causada pelo entulhamento dos grandes números, o processo brasileiro não precisa humilhar-se no mundo."

consciência da sociedade nos dias atuais passa a exigir a celeridade nos feitos. Para tanto, deve o Estado aumentar os investimentos nas estruturas das organizações judiciais, difundir através de seus órgãos o conhecimento do direito, erradicar a pobreza em nosso país e assegurar o acesso à ordem jurídica justa. Em outras palavras, a consciência social hodierna brasileira passa a exigir que os tribunais nacionais assegurem o acesso à justiça, através da modernização do processo e de procedimentos operacionais e processuais, objetivando atender os anseios sociais de uma justiça equânime e justa para todos.

Finalizando, a sociedade brasileira exige transformações<sup>35</sup> que possibilitem o acesso à ordem jurídica justa. É a consciência dos órgãos públicos, da magistratura, do executivo, do legislativo e da sociedade com um todo, ou seja, o clamor nacional contra a negação de acesso à justiça da população.

Neste contexto, lembramos da conhecida frase de Marx e Engels: "Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência."<sup>36</sup>

## 3. Acesso aos Tribunais – Cenário Nacional

O direito fundamental do acesso à Justiça se encontra sedimentado em nossa

Constituição, incumbindo ao Estado a prestação de assistência jurídica integral aos necessitados (Art 5º, LXXIV)<sup>37</sup>. Não obstante a garantia constitucional de acesso à justiça, se observa pela análise social e factual da sociedade que se trata de um direito estritamente formal, em decorrência dos inúmeros obstáculos e fatores que dificultam o acesso ao sistema jurídico nacional.<sup>38</sup>

A propósito, isto pode ser comprovado pela análise das informações existentes no "Banco de Dados do Poder Judiciário"<sup>39</sup>. Senão vejamos: A média nacional, no ano de 2000, é de 01 (um) juiz para cada 22.680 habitantes, enquanto na Alemanha, a média é de 01 (um) juiz para cada 3.000 habitantes.

No Paraná está média é de 01 (um) juiz para cada 20.426 habitantes. O Paraná possui 459 juízes (em 2000) para uma população de 9.375.592 habitantes (em 1999). Desta forma, para termos os mesmos padrões médios da Alemanha, seria necessário 3.125 juízes somente no Paraná.

Ocorre que no Brasil o número de juízes a nível nacional é de 7.231 (em 2000) para atender uma população de 163.998.652 habitantes (em 1999), sendo que o ideal considerando a média na Alemanha deveria ser de 54.666 juízes.

No ano de 2.000 foram distribuídos 11.207.948 processos em primeira instância, 1.741.182 em Segunda instância e 244.911 nos

<sup>35</sup> Marx e Engels nas teses dirigidas a Feuerbach – "Tese XI – Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo". (In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. São Paulo: Hucitec, 1991, 8ª edição, p. 14).

<sup>36</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. São Paulo: Hucitec, 1991, 8ª edição, p. 37).

<sup>37</sup> Art. 5º, LXXIV, CF/88: "O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". O inciso XXXV do artigo 5º da Carta da República ratificou o princípio do direito de acesso à justiça: "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

<sup>38</sup> A título de ilustração, os obstáculos de maior relevância do acesso do cidadão à Justiça são: (i) lentidão do processo judicial; (ii) altos custos processuais; (iii) descrédito do Poder Judiciário; (iv). desconhecimento do direito pela sociedade; e (v) pobreza da população.

<sup>39</sup> Dados estatísticos do Poder Judiciário extraído do site do Supremo Tribunal Federal em 26 de junho de 2001: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br)



Tribunais Superiores. Em outras palavras, o número de processos distribuídos em primeira instância em comparação com o número de habitantes do país (1999 à 163.998.652), corresponde ao percentual de 6,8 %. Da mesma forma, se compararmos o número de processos distribuídos em primeira instância com a População Economicamente ativa (PEA à 69.558.975), este percentual passa para 16,1 %.

A propósito, das sentenças prolatadas em primeira instância, em média 15,5 % apresentam recursos aos tribunais Estaduais, Regionais e do Trabalho. Da mesma forma, dos

acórdãos de Segunda instâncias, aproximadamente 14 % dos processos apresentam recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

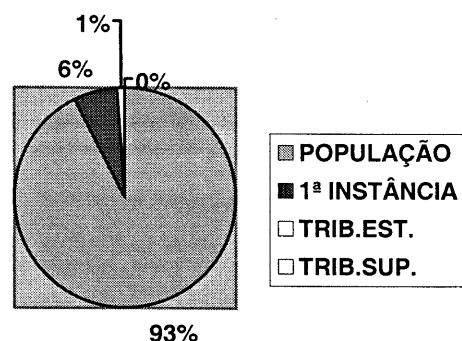
Por último, comparando-se o número de processos distribuídos nos Tribunais Estaduais, Regionais e do Trabalho (1.741.182), com a população no ano de 1999 (163.998.552), tem-se o percentual de 1,0% da população com acesso aos tribunais estaduais, regionais e do trabalho. Já para os Tribunais Superiores (244.911), tem-se 0,14 % da população com acesso ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

**QUADRO Nº 02 – QUADRO COMPARATIVO**  
QUADRO COMPARATIVO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS COMPARANDO  
NÚMEROS DE JUÍZES E A RELAÇÃO CARGO HABITANTES

AGENTES	NÚMERO HABITANTE	NÚMERO JUÍZES	RELAÇÃO CARGO/HAB	PROCESSOS 1ª INSTÂNCIA	PROCESSOS TRIBUNAIS	% 1ª INST.	PROCESSOS STJ+STF	% 1ª INST.
BRASIL	163.998.652	7.231	22.680	11.207.948	1.741.182	15,54	244.911	2,19
PARANÁ	9.375.592	459	20.426	289.790	15.986	5,52	3.293	1,14

**FONTE:** Banco de Dados do Poder Judiciário: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br)

**QUADRO Nº 03 – GRÁFICO** – Comparativo do Número de processos distribuídos no ano de 2000, em 1ª Instância, Tribunais Estaduais, regionais, do Trabalho e Tribunais Superiores com a população Brasileira no ano de 1999.



**FONTE:** Banco de dados do Poder Judiciário: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br)

Da análise destes números pode-se concluir que a maioria da população não possui acesso à Justiça, em especial o acesso aos tribunais Estaduais, Regionais e Superiores. Conclui-se ainda, que somente uma parcela mínima da população possui efetivamente acesso à Justiça, pelos diversos fatores e obstáculos materiais impostos pelo sistema, concomitantemente com a lentidão da outorga da prestação jurisdicional em decorrência da escassez de magistrados.

## 4. Do Acesso aos Tribunais no Espaço Local

### 4.1 Ponta Grossa/PR

O Espaço Local delimitado para a coleta de dados refere-se a cidade de Ponta Grossa<sup>40</sup>. A cidade está a 118 km de distância da capital paranaense e possui uma população de 286.647 habitantes<sup>41</sup>.

Ponta Grossa tem a sua história relacionada aos tropeiros, que passavam pela região dos campos gerais conduzindo gado do Rio Grande do Sul para a região sudeste. A instalação de estrada de ferro passando por Ponta Grossa em 1893, intensificou seu desenvolvimento, atraindo população para o local. A cidade foi desenvolvendo-se com sua economia baseada na agricultura<sup>42</sup> e na invernagem. A partir da década de 1970 passou a desenvolver culturas agrícolas voltadas para a exportação (soja, trigo) e o desenvolvimento

da industrialização<sup>43</sup> que tornou-se mais evidente nos anos 1990.

Ponta Grossa tem como pontos importantes da sua economia a madeira, a agricultura, a metalúrgica e a indústria de transformação de alimentos. Com o desenvolvimento de atividades de serviços, a cidade passou também a desenvolver o setor terciário. Ponta Grossa atrai a população das cidades vizinhas, especialmente para atendimento de saúde, pois conta com hospitais com nível de especialização e laboratórios de análises clínicas.

No espaço local – **cidade de Ponta Grossa – Estado do Paraná** –, efetuamos uma pesquisa nas varas cíveis da justiça estadual, federal e no juizado especial, através de questionário composto de 10 (dez) perguntas abertas.<sup>44</sup>

A pesquisa<sup>45</sup> buscou focalizar o número de processos em trâmite em cada vara, o número de processo recebidos por mês, o número de sentenças proferidas por mês, o valor médio das ações, o custo médio das perícias realizadas, o número de processo que utilizam a justiça

<sup>40</sup> Dados sobre Ponta grossa podem ser obtidos: [www.paranacidade.org.br](http://www.paranacidade.org.br)

<sup>41</sup> Censo IBGE 2000.

<sup>42</sup> Inicialmente na produção de erva-mate e na extração de madeira. A invernagem era a engorda do gado vindo do Rio Grande do Sul com destino de comercialização no sudeste.

<sup>43</sup> A industrialização a partir de 1970 foi alavancada pelo processamento do soja, através das empresas: SANBRA S/A, CARGILL Agrícola, COINBRA, Anderson Clayton e INCOPA.

<sup>44</sup> A pesquisa foi respondida pelas 04 varas cíveis estaduais; 01 vara cível federal e o juizado especial todas da Comarca de Ponta Grossa – Estado do Paraná.

<sup>45</sup> A pesquisa foi protocolada junto as varas cíveis estadual, federal e juizado especial no dia 04 de junho de 2001, através de ofício expedido pela Coordenação do Mestrado de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná (UEPG). (i) **JUSTIÇA FEDERAL**: Não houve dificuldade para o retorno do questionário. As respostas do questionário foram encaminhadas pela Justiça Federal diretamente a Secretaria do Mestrado de Ciências Sociais Aplicadas da UEPG - duas (02) perguntas do questionário não foram respondidas, por falta de informações e registro. (ii) **JUSTIÇA ESTADUAL**: As respostas dos questionários somente foram possíveis após 03 (três) visitas e entrevista pessoal com Diretor do Fórum Cível explicando detalhadamente o objetivo da pesquisa. Após este contato, a pesquisa foi entregue no dia 03 de julho de 2001, sendo que cinco perguntas não foram respondidas. (iii) **JUIZADO ESPECIAL**: A resposta do questionário foi obtida após vários telefonemas, 03 visitas pessoais e explicação detalhada da pesquisa e seus objetivos. O Juiz Diretor Supervisor do Juizado Especial designou um funcionário para responder o questionário, sendo que 03 perguntas não foram respondidas. A resposta da pesquisa foi entregue no dia 03.07.2001.

gratuita, o prazo médio de solução de um processo e o número de execuções.

A propósito, as dificuldades para a concretização das pesquisas empíricas é compreensível no campo jurídico, em decorrência da falta de tradição em pesquisas desta natureza,<sup>46</sup> em especial a pouca receptividade do órgãos contatados para a prestação de informações.

Nessa cadência, foram efetuadas perguntas<sup>47</sup> com escopo de responder aos seguintes *objetivos da pesquisa*: (i) Qual o percentual de processo em trâmite com benefício da justiça gratuita ? (ii) Qual as despesas processuais média na Justiça Estadual e/ou Federal ? (iii) Qual as despesas processuais com peritos ? (iv) Qual o prazo médio para a solução de um processo ?

<sup>46</sup> Nesse contexto, a Professora Maria Guadalupe Piragibe da Fonseca da Universidade Federal Fluminense, assim se manifesta sobre a questão: “Apesar das dificuldades, a pesquisa jurídica precisa investir no conhecimento sociológico das relações sociais do cotidiano, de modo a captar também as tendências nas práticas sociais, favoráveis ou não ao direito vigente. Exercitar o olhar crítico sobre o direito e seus operadores é uma exigência da situação atual da sociedade em um país onde a violência tende a substituir a lei e onde os interesses setoriais dominam quando se trata de delinear políticas econômicas e sociais globais. (...) A postura democrática dos operadores do direito, como dos juristas deve ser propugnada nas pesquisas que tematizam o universo jurídico relacionando-o continuamente com os fatos do dia a dia. A metodologia sócio-jurídica, no que lhe compete, pretende atender a essa meta contribuindo para o conhecimento da relação complexa e ambígua entre a produção jurídica dos profissionais e a cultura dos leigos, fazendo da atividade científica uma fonte esclarecedora da importância da participação para a construção de uma ordem jurídica adequada e justa.” – (In: FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Porto Alegre: Síntese, v. 1, 1998, p. 126-126).

<sup>47</sup> As dez perguntas da pesquisa são: 1). Quantos processos tramitam nesta vara ? 2). Quantos processos são recebidos por mês ? 3). Quantas sentenças são proferidas por mês ? 4). Qual o valor médio das ações em trâmite nesta Vara ? 5). Qual o valor médio cobrado pelos peritos judiciais ? 6). Quantos processo utilizam a justiça gratuita ? 7). Quantas sentenças são proferidas por mês de processos com justiça gratuita ? 8). Qual o prazo médio de solução de um processo ? a). com recurso aos tribunais; b) sem recurso aos tribunais; 9). Dos processos que tramitam quantos são pessoas físicas ou jurídicas? 10). Quantos processos que tramitam são execuções?

## 4.2. Do Resultado da Pesquisa

QUADRO Nº 04 – TABULAÇÃO DA PESQUISA

AGENTES	1ª VARA CÍVEL	2ª VARA CÍVEL	3ª VARA CÍVEL	4ª VARA CÍVEL	TOTAL JUSTIÇA CÍVEL	MÉDIA JUSTIÇA CÍVEL	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	VARA FEDERAL
Nº processos tramitam na vara	1.845	2.057	2.232	1.515	7.649	1.912	3405	3.178
Nº processos recebidos/mês	72	84	92	73	321	80	265	300
Nº sentenças proferidas/mês	64	76	62	57	259	65	383	75
Valor médio das ações	NI	5.000	5.957	5.000	15.957	5.319	NI	1.000
Valor médio cobrado pelos peritos	NI	2.500	2.500	1.000	6.000	2.000	NI	500
Nº processos na Justiça Gratuita	554	617	670	455	2.295	574	3405	1000
Nº sentenças Justiça Gratuita/Mês	NI	7	7	8	22	7	383	NI
Prazo médio solução dos processos(*)	30	30	60	30	150	38	NI	30
Nº processos pessoa física/jurídica(**)	NI	0,60	0,70	NI	1	0,65	NI	NI
Nº processos tramitando que são execuções	1.005	270	846	538	2.659	665	NI	1.300

**FONTE:** Levantamento efetuado pelo autor nos meses de junho e julho de 2.001.

**Legenda:** NI – Dados não informados à principais respostas: (i) não podemos precisar; (ii) não temos este dado; (iii) dado não disponível; (iv) em branco – somente um traço; (v) não há registro.

(\*) Prazo médio em número de meses: O prazo médio em primeira instância é de 06 meses; o recurso nos tribunais mais 24 meses, totalizando em média 30 meses para a solução de um processo.

(\*\*) – Dado fornecido em percentual: Onde se lê “0,60”: significa que 60 % dos processo que tramitam são de pessoas jurídicas e o restante de pessoa física; Na média 65 % dos processos em trâmite são de pessoas jurídicas e 35 % de pessoas físicas.

**Juizado Especial Cível:** Todos os processos em trâmite no Juizado Especial Cível são isentos de custas judiciais.

Da análise do Quadro nº 04 supra referenciado em conjunto com os objetivos da pesquisa pode-se concluir que:



#### 4.2.1. Questões sobre o Trâmite, Custas e Prazos da Justiça

##### Qual o percentual de processo em trâmite com benefício da justiça gratuita?

**Resposta:** O percentual médio de processos em trâmite com justiça gratuita nas varas cíveis da Comarca de Ponta Grossa e federal corresponde a de 30 % (trinta por cento) do total de processos ajuizados<sup>48</sup>. Por outro lado, no Juizado Especial Cível os 3.405 processos em trâmite são isentos de custas judiciais, por força da lei.<sup>49</sup>

##### Qual as despesas processuais médias na justiça Estadual e/ou Federal?

**Resposta:** (i) Na justiça Estadual o valor médio das custas processuais de uma ação sem perícia judicial é de R\$ 286,64; com perícia R\$ 2.286,64; com recurso para o Tribunal de Alçada ou Tribunal de Justiça R\$ 2.290,39; com recurso

aos Tribunais Superiores R\$ 2.440,39<sup>50</sup>. (ii) Na Justiça Federal o valor médio das custas processuais de uma ação sem perícia judicial é de R\$ 10,00; com perícia R\$ 510,00; com recurso ao Tribunal Regional Federal R\$ 510,00; com recurso aos Tribunais Superiores R\$ 650,00. (iii) No juizado Especial em primeira instância as custas processuais são isentas; para recorrer a turma recursal do Juizado Especial – R\$ 3,75.

##### Qual as despesas processuais com peritos judiciais?

**Resposta:** Na justiça Estadual: R\$ 2.000,00; Na justiça Federal: R\$ 500,00<sup>51</sup>.

##### Qual o prazo médio para a solução de um processo?

**Resposta:** Na Justiça Estadual e Federal o prazo médio de um processo em primeira instância é de 06 meses e com recurso aos tribunais de 24 meses, totalizando 02 (dois) anos e 06 (seis) meses<sup>52</sup>.

<sup>48</sup> Na justiça Estadual (7.649) e Federal (3.178) tramitam 10.827 processos, sendo que 3.295 estão com os benefícios da justiça gratuita, portanto, 30,4 % dos processos em trâmite são beneficiários da justiça gratuita.

<sup>49</sup> Com efeito, se incluirmos os 3.405 processos isentos de custas judiciais em trâmite no Juizado Especial Cível, temos os seguintes resultados: (i) número de processo em trâmite nas Justiça Estadual, Juizado Especial Cível e Justiça Federal = 14.232; (ii) número de processos beneficiários da justiça gratuita na Justiça Estadual, Juizado Especial Cível e Justiça Federal = 6.700; (iii) percentual dos processos em trâmite na Justiça Estadual, Juizado Especial Cível e Justiça Federal = 47,07 %.

<sup>50</sup> **Justiça Estadual:** O valor médio das ações em trâmite nas varas cíveis da Comarca de Ponta Grossa corresponde a quantia de R\$ 5.319,00; Em consulta a Tabela de Custas do Estado do Paraná temos: Depósito judicial: R\$ 255,00, acrescido da Taxa Judiciária de R\$ 10,64 e da distribuição de R\$ 21,00, totalizando R\$ 286,64 de custas judiciais para distribuição de um processo. O valor médio de uma perícia judicial é de R\$ 2.000,00; das custas de apelação de R\$ 3,75; das custas para os Tribunais Superiores de R\$ 150,00; totalizando R\$ 2.440,39; não estão sendo computadas as custas com oficial de justiça (R\$ 35,00 por ato), custas com postagem; certidões, entre outras. **Justiça Federal:** As custas judiciais na justiça federal correspondem em 1 % (um por cento) do valor da ação. Desta forma, o valor médio das ações em trâmite na Vara Federal de Ponta Grossa é de R\$ 1.000,00; Isto significa uma custa judicial de R\$ 10,00; O valor médio das perícias judiciais R\$ 500,00; das custas de apelação R\$ 8,00; das custas para os Tribunais Superiores R\$ 150,00; totalizando R\$ 650,00. As custas para os Tribunais Superiores foram fixadas em R\$ 150,00 para ambas Justiças, podendo este valor ser superior ou a menor, pois além da taxa do recurso existe uma taxa por número de folhas.

<sup>51</sup> A Associação Nacional dos Mutuários denunciou a falta de critérios para definir os preços praticados pelos peritos judiciais na Justiça Estadual. Veja parte da denúncia publicada na Gazeta do Povo com a seguinte manchete: “JUSTIÇA: ASSOCIAÇÃO DENUNCIA FALTA DE CRITÉRIOS PARA QUE SEJAM ESTABELECIDOS OS CUSTOS DO SERVIÇO – VALOR DE PERÍCIA JUDICIAL VARIA 378 % - PREÇO ALTO DESESTIMULA CIDADÃOS A BUSCAR NA JUSTIÇA A GARANTIA DE SEUS DIREITOS (...) – O Diretor regional da ANM, Luiz Alberto Copetti, informa que o levantamento realizado pela entidade indica que enquanto 70 % dos peritos cobram R\$ 500,00 alguns profissionais chegam a cobrar R\$ 1.890,00 para realizar o mesmo trabalho. O diretor regional avalia que este procedimento deve ser desestimulado pela cúpula do poder judiciário do estado porque as cobranças abusivas tendem a desencorajar as pessoas a ingressar na Justiça em busca de seus direitos.” (In: GAZETA DO POVO. Direitos & Deveres do Consumidor. Terça-feira. 1º de maio de 2.001).

<sup>52</sup> Uma das varas cíveis da Comarca de Ponta Grossa informou um prazo médio de 05 (cinco) anos para a solução de processos com recursos nos tribunais. As demais varas cível e federal informaram em média 30 meses, ou 02 anos e 06 meses. Por esta razão a média das varas cíveis foi de 38 meses.

## 5. Conclusões

A sociedade deve exigir que o Estado promova a proteção dos direitos e o acesso aos tribunais. Com efeito, cabe ao Estado aperfeiçoar e modernizar a ordem jurídica, de forma justa, célere e eficiente, com apoio e participação de todos os cidadãos.

Em outras palavras, o Estado deverá manter o que existe de bom na Justiça e equipá-la com melhores ferramentas de trabalho, através da criatividade operacional, legislativa e econômica dos três poderes estatais a nível federal, estadual e municipal, concomitantemente com a participação e cooperação das organizações, associações privadas e demais foros sociais.

Em síntese, com a presente pesquisa, chegamos à seguinte conclusão:

*a) O acesso à justiça consiste na proteção de qualquer direito, sem qualquer restrição econômica, social ou política. Não basta a simples garantia formal da defesa dos direitos e o acesso aos tribunais, mas a garantia da proteção material destes direitos, assegurando a todos os cidadãos, independentemente de classe social, a ordem jurídica justa;*

*b) Não basta a melhora do acesso à justiça com o aperfeiçoamento dos instrumentos e condições materiais de trabalho, devem os programas assegurar a disseminação do conhecimento do direito com vistas a possibilitar o acesso à jurisdição a todas as classe sociais, haja vista que 33 % (trinta e três por cento) da população não*

*utiliza a justiça porque não sabe ou não conhece seus direitos.*

*c) A disseminação do conhecimento do direito é dever de toda a sociedade, com a finalidade de facilitar o acesso à justiça, devendo ser estabelecido um plano integrado de ações entre todos os seguimentos sociais, através da impressão de cartilhas, distribuição de folhetos explicativos, divulgação de direitos em sites na ‘internet’, realização de cursos da comunidade local, campanhas publicitárias na imprensa falada e escrita, programas de televisão de conscientização dos direitos, revistas especializadas para a educação dos direitos, juizados itinerantes como os implantados no Estado de São Paulo e na Operação Praias no Paraná, entre outras formas;*

*d) A realidade social brasileira demonstra que a maioria da população necessita da assistência jurídica integral, pois são excluídos. Os números não mentem: 50 milhões abaixo da linha da pobreza<sup>53</sup> à 70 % da população tem renda familiar de até 03 (três) salários mínimos<sup>54</sup> à 83 % da população dos assalariados tem renda mensal de até 05 (cinco) salários mínimos<sup>55</sup> à 10 % mais ricos apropriam-se de 50,6 % da renda nacional à 10 % mais pobres apropriam somente 7 % da renda nacional<sup>56</sup>;*

*e) A exclusão social e a pobreza são os maiores obstáculos de acesso à justiça. O pleno acesso à justiça só será possível com a erradicação da pobreza ou com a inclusão dos excluídos no processo de democratização da justiça, através de mecanismos que assegurem aos miseráveis à ordem jurídica justa;*

<sup>53</sup> Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

<sup>54</sup> Fonte: FIBGE, citado em César Benjamin (et. al.), Opção Brasileira, Contraponto, 1998, p. 191.

<sup>55</sup> Fonte: FIBGE, ob.cit., p.191.

<sup>56</sup> Fonte: FIBGE, ob. cit, p.192.

f) A lentidão da justiça não é somente um problema brasileiro, mas a sociedade nos dias atuais passa a exigir a celeridade dos feitos. O Estado deve aumentar os investimentos nas estruturas das organizações sociais, difundir através de seus órgãos o conhecimento do direito, promover uma melhor distribuição de renda com escopo de erradicar a pobreza, objetivando atender os anseios sociais de uma justiça equânime e justa para todos;

g) O judiciário está sobrecarregado, em razão do número reduzido de juízes. No Paraná existe 459 juízes para uma população de 9.375.592 habitantes, o que equivale 01 (um) juiz para cada 20.426 habitantes. Na Alemanha a média é de 01 juiz para cada 3.000 habitantes. No caso seriam necessários 3.125 juízes somente Paraná, para manter os mesmos níveis médios da Alemanha à A nível nacional temos 7.231 magistrados, seriam necessários 54.666 juízes<sup>57</sup>;

h) O princípio do duplo grau de jurisdição – o direito de recursos das decisões de primeira instância –, não beneficia a maioria da população. Vejam os números: No ano de 2.000, a nível nacional, foram distribuídos 11.207.948 processos em primeira instância, 1.741.182 em Segunda instância e 244.991 nos Tribunais Superiores. Isto significa que do total de processos distribuídos 15,5 % apresentam recursos aos Tribunais Estaduais, Regionais e do Trabalho e 2,18 % apresentam recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal. Por outro lado, comparando o número de processos distribuídos com a população do país no ano de 1999

(163.998.552), temos os seguintes resultados: (i) 6,8 % da população bateram as portas do Poder Judiciário; (ii) 1,0% da população recorreram aos Tribunais estaduais, regionais e do trabalho; (iii) 0,14 % da população com acesso ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Portanto, quer nos parecer que os recursos aos tribunais devem ser restringidos e somente seriam admitidos em casos especiais previstos em lei;

i) No espaço local, chegamos a seguinte conclusão:

1) 30 % dos processos em trâmite na justiça estadual e federal são de justiça gratuita;

2) As custas judiciais são elevadas. O que impossibilitaria a maioria da população em pleitear seus direitos no judiciário à Justiça Estadual: as custas podem chegar a R\$ 2.440,39 à Justiça Federal: as custas podem chegar a R\$ 650,00;

3) Os honorários periciais na justiça estadual são abusivos e extorsivos, podem chegar a R\$ 2.000,00 por processo; Na justiça Federal em média de R\$ 500,00;

4) O prazo médio para julgamento de um processo é de 2 anos e 06 meses, em ambas as justiças<sup>58</sup>;

j) Os Juizados Especiais Cíveis estão contribuindo para a agilização dos processos e o acesso à justiça<sup>59</sup>. No Brasil existem 2.559 Juizados Especiais Cíveis e Criminais, foram ajuizadas 1.096.871 processos. No Paraná temos 218 Juizados Especiais Cíveis e Criminais, foram ajuizados 126.187 processos, sendo solucionados 113.222 do total de

processos ajuizados<sup>60</sup>. Em Ponta Grossa, temos em trâmite no Juizado Especial 3.405 processos, foram proferidas nos últimos dois anos 5.939 sentenças de mérito e diversas, 14.435 despachos, 3.060 audiências, ouvidas 701 pessoas<sup>61</sup>.

k) Os juizados Especiais Cíveis e Criminais estão efetuando uma revolução no Poder Judiciário e podem ser tornar o grande marco da justiça brasileira na democratização do acesso aos Tribunais. à Exemplificando: No Estado de São Paulo os Juizados Especiais já atendem 50 % da demanda da Justiça à O Estado de São Paulo criou os Juizados Especiais Itinerantes, através de unidades móveis do Tribunal de Justiça, as quais se deslocam aos bairros mais distantes e com alta densidade populacional à O sucesso dos Juizados Especiais pode ser medido pelos seguintes dados: No de 1996 – ano de sua criação – foram distribuídos setenta mil (70.000) processos, no ano 2000 quatrocentos mil (400.000) processos no Estado de São Paulo<sup>62</sup> à No Paraná, o Juizado Especial Cível e Criminal também teve unidades móveis, mas somente se verificou na operação praias, no litoral paranaense.

## 6. Bibliografia

AGUSTINI, Camila. **Juizados Itinerantes: a democratização do acesso à Justiça**. Carta Maior: [www.catamaior.com.br](http://www.catamaior.com.br) – 11.07.2001.

ALEGRE, Carlos. **Acesso ao Direito e aos Tribunais**. Coimbra: Almedina, 1989, p. 7.

BASSO, Maristela. **Alternativo-Extrajudicial de Solução de Conflitos de Interesses**. São Paulo; Revista dos Tribunais, v. 733, Nov/96, p. 11-23.

BRASIL. **Constituição Federal**. Curitiba: Jurua, 1999.

BRASIL. **Banco de dados do Poder Judiciário**. Supremo Tribunal Federal: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br) - 26.06.2001.

BRASIL. PNAD – **Pesquisa efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no [IBGE] em 1988** - publicada no ano de 1990.

BENETI, Sidnei Agostinho. **Demora Judiciária e Acesso à Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 715, Mai/95, p. 377-378.

BENJAMIN, Cesar ... [et. al.]. **A opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

CAPELLETTI, Mauro. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1988.

CARNEIRO, ATHOS GUSMÃO. **Juizados de Pequenas Causa – Lei Estadual Receptiva**. Revista Ajuris, v. 33, Mar/85, p. 7-14.

CARRION, Eduardo K. M. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Síntese, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 13, 1997, p. 117-121.

CORTEZ, Antonio Celso Aguillar. **Acesso à Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 692, jun/93, p. 198-201.

<sup>57</sup> Fonte: Banco de dados do Poder Judiciário: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br)

<sup>58</sup> Fonte: pesquisa realizada pelo autor nos meses de junho e julho de 2.001.

<sup>59</sup> As ações distribuídas nos Juizados Especiais estão isentas das despesas processuais.

<sup>60</sup> Fonte: Banco de dados do Poder Judiciário: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br)

<sup>61</sup> Fonte: Juizado Especial Cível da Comarca de Ponta Grossa – Estado do Paraná.

<sup>62</sup> AGUSTINI, Camila. Juizados Itinerantes: a democratização do acesso à justiça. São Paulo: carta maior, [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br), 11.07.2001.

- COSTA, Lúcia Corte da. **O governo FHC e a reforma do Estado Brasileiro**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Economia da PUC-SP, Revista: Pesquisa & Debate, v. 11, 2000, p. 49-79.
- COSTA, Lúcia Corte da. **Uma discussão humanitária da Globalização**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Economia da PUC-SP, Revista: Pesquisa & Debate, v. 10, 1999, p. 30-54.
- DUARTE, Francisco Carlos; STONOGA, Andreza Cristina. **Acesso à Justiça, SFH e Contratos de Gaveta**. Curitiba: Juruá, Boletim Informativo Juruá nº 270, 11 a 20 de outubro de 2000.
- FARIA, José Eduardo ... [et. al.]. **Direito e Justiça: A função social do judiciário**. São Paulo: Ática, 1994.
- FELKER, Reginald D. H. **A reforma do judiciário na América Latina, o Direito do Trabalho e o papel da advocacia**. Jornal Síntese. Porto Alegre: Síntese, abr/2001, ano 4, nº 50.
- FERREIRA, Wolgran Junqueira. **Comentários à Constituição de 1988**. São Paulo: Julex, v. I, 1ª ed., 1989.
- FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. **O acesso ao poder judiciário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 686, dez/92, p. 19-34.
- FIORI, José Luís ... [et. al.]. **Poder e Dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. **Pesquisa sobre o Poder Judiciário – Considerações Metodológicas**. Porto Alegre: Síntese, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, v. 1, 1998, p. 111-127.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- GAZETA DO POVO. Direitos & Deveres do Consumidor. Terça-feira, 1º de maio de 2001. **Valor da Perícia Judicial varia 378 %**.
- LACERDA, Galeno. **O Juiz e a Justiça no Brasil**. Revista Ajuris, vol. 53, Nov/91, p. 50-86.
- LAGRASTA NETO, Caetano. **Meios Alternativos: Uma interpretação política**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 665, mar/91, p. 40-46.
- LIMA FILHO, Francisco das C. **Os movimentos de acesso à justiça nos diferentes períodos históricos**. Porto Alegre: São Paulo, CD ROM Juris Síntese, Nov/dez/2000, nº 26.
- LIPPMANN, Ernesto. **Assistência Judiciária – Obrigação do Estado na sua prestação – o Acesso dos carentes à justiça visto pelos Tribunais**. Porto Alegre: Síntese, CD ROM – Síntese Millennium nº 29, RJ nº 228, Out/96, p. 35.
- LOWEN, Cicilian Luiza. **Favelas: um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa - Pr**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Campus Júlio de Mesquita. Rio Claro, 1990.
- MACHADO, Agapito. **Do acesso à justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 677, mar/92, p. 270-274.
- MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MELLO, Celso. **49º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Pronunciamento feito na 41ª Seção Ordinária do Supremo Tribunal Federal, publicado no Diário da Justiça de 02.02.1998 – Publicada na ST nº 104 – Fev/98, p. 122, Poto Alegre: CD ROM – Juris Síntese Millennium nº 29.

- PINTO, Róbson Flores. **A Garantia Constitucional da Assistência Judiciária Estatal**. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. São Paulo: Revista dos Tribunais, nº 03, p. 101.
- RAMOS, Glauco Gumerato. **Assistência jurídica integral ao necessitado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 765, jul/99, p. 48-58.
- RAMOS FILHO, Wilson ... [et. al.]. **Direito e Neoliberalismo**. Curitiba: EDIBEJ, 1996.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **O foro universitário como instrumento efetivo de acesso à justiça e melhoria da qualidade do ensino jurídico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 712, fev/95, p. 320-325.
- RODRIGUES, Luiz Fernando de Abreu. **O Espírito das Leis**. Tradução de L'esprit des lois de Montesquieu. Curitiba: Juruá, 2000.
- ROSS, Alf. **Direito e Justiça**. São Paulo: Edipro, 2000.
- RT-INFORMA. **O braço social da justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano III, nº 13, maio/junho 2001, p. 4/5.
- ROTHENBURG, Walter Claudius. **Princípios Constitucionais**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 5ª ed., 2000.
- SILVA, DE PLÁCIDO. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, v. I, 1978.
- SILVA, Karine de Souza. **Globalização e exclusão social**. Curitiba: Juruá, 2000.
- SILVA, Marcos Alves da. **O judiciário e o Estado Brasileiro: Poder, democracia e Estado de Direito**. Porto Alegre: Síntese, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, v. 33, 2000, p. 225-239.
- SIQUEIRA, Aparecida da Silva. **Liberdade – Um princípio Constitucional**. Porto Alegre: Síntese. CD ROM – Juris Síntese nº 27.
- SIQUEIRA, Bruno Luiz Weiler. **Direito de acesso à justiça garantia de cidadania**. Porto Alegre: Síntese, CD ROM – Juris Síntese Millennium nº 29.
- THEODORO JUNIOR, Humberto. **A Garantia do Processo Legal**. Seleções Jurídicas COAD – ADV – 04/92, p. 29/35.
- TREVISAN, Zizi ... [et. al.]. **Questões de Cidadania**. São Paulo: Cliper, 1998.
- WATANABE, Kazuo. **Participação e Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988, p. 128-135.
- WELFFORT, Francisco C. **Os clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 2001.
- ZAVASCHI, Teori Albino. **Direitos Fundamentais de Terceira Geração**. Porto Alegre: Síntese, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 15, 1998, p. 227-232.